

Mircia Ribeiro Fortes<sup>1</sup>

http://lattes.cnpq.br/4896746518476681

https://orcid.org/0000-0001-7965-6747

Ana Cláudia Araújo Diniz<sup>2</sup>

http://lattes.cnpq.br/5118685377055612

#### Resumo

Este artigo discute as "águas sem fronteiras" e o nome geográfico Mar do Leste/Mar do Japão. O objetivo deste estudo é contribuir para um debate a respeito do topônimo Mar do Japão e/ou Mar do Leste/Mar do Japão, nas representações cartográficas. As reflexões foram realizadas após uma revisão bibliográfica, que incluiu livros, artigos publicados em periódicos científicos, artigos de jornais, mapas históricos e resoluções. Em contrapartida, essa discussão explora brevemente o contexto histórico, têmporoespacial e sociocultural do nome geográfico Mar do Leste (Donghae, em coreano), bem como a sua representação cartográfica. Apesar dos desafios e contradições relacionados ao uso do nome Mar do Leste/Mar do Japão nos mapas, a discussão indica a imperatividade cartográfica de descolonizar topônimos.

**Palavras-chave**: Mar do Leste/Mar do Japão, águas transfronteiriças, nome geográfico, representação cartográfica

#### THE IMPORTANCE OF WATER WITHOUT BORDERS AND THE CULTURAL ASPECT OF MARITIME IN THE EAST SEA/SEA OF JAPAN

#### Abstract

This article discusses the "waters without borders" and the geographical name East Sea/Sea of Japan. The objective of this study is to contribute to a debate regarding the toponym Sea of Japan and/or East Sea/Sea of Japan, in representations cartographic. The reflections were carried out after a bibliographical review, which included books, articles published in scientific journals, newspaper articles, historical maps and resolutions. On the other hand, this discussion briefly explores the historical, temporal-spatial and sociocultural context of the geographical name East Sea (Donghae, in Korean), as well as its cartographic representation. Despite the challenges and contradictions related to the use of the name East Sea/Sea of Japan on maps, the discussion indicates the cartographic imperative of decolonizing toponyms.

**Keywords:** East Sea/Sea of Japan, transboundary waters, geographical name, cartographic representation

Introdução

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Doutora em Geografia (USP). Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: mirciafortes@ufam.edu.br

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Mestre em Geografia (UFPE) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas; Bolsista CAPES. E-mail: ana adiniz@hotmail.com

A palavra "águas" no título do artigo diz respeito à hidrosfera e tem um significado mais amplo do que a água entendida como uma substância ou elemento natural. Contudo, essas "águas", além de representar oceanos, mares, rios, lagos, lagoas, nascentes, aquíferos, etc., também carregam um significado subjetivo, cultural e simbólico para diferentes povos.

A Comissão Econômica da ONU para a Europa (UNECE) afirma que mais de 60% da água doce mundial flui através de fronteiras nacionais, como no Congo, no Danúbio, na Amazônia e no Mekong. A agência aponta que mais de 450 reservas transfonteiriças de águas subterrâneas estão identificadas em todo o mundo. Da mesma forma que as águas de várias bacias hidrográficas, de águas subterrâneas e de vários lagos são transfronteiriças, o ciclo da água também é. A energia solar, o vento, as nuvens, a evaporação da água, a precipitação e as massas de ar não "respeitam" fronteiras ou limites territoriais.

Apesar de o ciclo da água ser um sistema físico, químico e biológico, global e transfonteiriço, os ambientes aquáticos são parte de um território, possuem distintos significados simbólicos e nomes geográficos para diferentes grupos sociais e Estados Nacionais, seja como recurso e ecossistema, seja como valor sociocultural.

Em relação aos hidrotopônimos que identificam as "águas", sejam eles nos mapas ou não, às vezes, por exemplo, para um rio ou mar, há dois nomes geográficos, como o Rio Solimões/Rio Amazonas, o Rio Níger/Rio *Egerew n-Igerewen*, o Canal da Mancha/Canal Inglês, o Mar do Leste/Mar do Japão e o Mar da China Meridional/Mar das Filipinas Ocidental.

Os vários nomes geográficos atribuídos a um mesmo corpo d'água, geralmente, consideram as fronteiras políticas, limites territoriais ou questões geopolíticas e/ou hidropolíticas, mas não a água que flui sem fronteiras na complexidade do ciclo da água, da memória e das representações sociais locais.

Neste sentido, este artigo tem o objetivo de contribuir para o debate acerca do nome geográfico Mar do Leste/Mar do Japão, como parte de alguns resultados da pesquisa "Espaço representado, espaço ensinado: delimitação da Ilha Dokdo e a nomenclatura Mar do Leste nos materiais didáticos de Geografia do Ensino Médio, Amazonas/Brasil" e do projeto de extensão "Água sem fronteiras: vida e sustento da humanidade", desenvolvidos no curso de Geografia, da Universidade Federal do Amazonas. Assim sendo, não estamos aqui para debater a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a plataforma continental, os aspectos da formação tectônica, a geomorfologia litorânea, a economia ou a tecnologia azul, a soberania sobre a área marítima, a territorialidade, o Direito do Mar ou o discurso pela segurança do tráfego marítimo internacional preconizado no S-130.

O nome Mar do Leste (Donghae, em coreano) é (re) conhecido pelos sul-coreanos há mais de 2.000 anos. Contudo, é bastante conhecido como o Mar do Japão em diversos países e é um topônimo frequentemente nomeado nos mapas. Mas, conforme relatado na "História dos Três Reinos", o nome Mar do Leste surgiu em 37 AEC e antecedeu o nome geográfico Mar do Japão, em cerca de 700 anos.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> O estudo é coordenado pela professora Mircia Ribeiro Fortes, com a participação da pesquisadora e doutoranda Ana Cláudia Araújo Diniz, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP-UFAM).

O uso exclusivo do nome Mar do Japão, na publicação "Limite dos Oceanos e Mares (S-23), desde 1929, e a solicitação do uso duplo Mar do Leste/Mar do Japão, nos mapas marítimos, foram debatidos nas reuniões da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), nos últimos 25 anos, o que gerou controvérsias e oposições dos governos japonês e sul-coreano, sem chegar a um acordo ao uso do nome sincrônico Mar do Leste/Mar do Japão.

Nogueira e Oliveira Neto (2022, p. 58) ressaltam que os rios e as bacias hidrográficas, consideradas um "conjunto espacial", existem há mais tempo que os Estados Nacionais. Para os autores, quando as bacias hidrográficas têm uma abrangência internacional, é necessário a cooperação entre os Estados que a dividem, a hidrodiplomacia. Diante disso, a hidrodiplomacia, no contexto do nome geográfico Mar do Leste/Mar do Japão, deve ser avaliada.

A questão do Mar do Leste (Donghae) não se limita à hidropolítica e ao topônimo, mas também envolve a identidade subjetiva sul-coreana e as dimensões culturais e religiosas das "águas" do mar. Essas "águas" têm uma representação simbólica que permeia qualquer discussão sobre o espaço marítimo e as relações de poder sobre o mar. Não apenas navegamos sobre as águas ou fazemos delas meras representações, mas também sentimos sua essência e vivenciamos seus significados.

#### A primeira gota d'água

O início do percurso desta temática é a apresentação do projeto de extensão "Água sem fronteiras: Vida e sustento da humanidade"<sup>4</sup>, que foi desenvolvido na Escola Estadual de Tempo Integral Leonor Santiago Mourão e na Escola Estadual Primeiro de Maio, situadas em Manaus/Amazonas, com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental Anos Finais.

Essa Atividade Curricular de Extensão (ACE) teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre a importância da água para a preservação, salientando, através do ciclo da água, que essa substância não tem fronteiras políticas e nem obedece aos limites territoriais, mas tem uma identidade territorial.

Rosendahl e Corrêa (1999) consideram a identidade territorial como uma dimensão histórica, um imaginário social e um espaço como referência da memória do grupo. Sendo assim, apesar de a água ter uma identidade territorial, é indispensável garantir a disponibilidade de água no planeta, uma vez que ela é um bem de uso global.

Na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), para o Ensino Médio e os Anos Finais do Ensino Fundamental, o componente de Geografia apresenta as possibilidades de debater a questão da água nas unidades temáticas e nos objetos de conhecimento, aplicando as conexões entre elementos físico-naturais e significados de território e fronteira (espacial, temporal e cultural) em diferentes espaços e escalas de análise para desenvolver o raciocínio geográfico. Dessa forma, para contemplar essas unidades temáticas, foram aplicadas oficinas didáticas que enfatizaram a relevância do

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O Projeto "Água sem fronteiras: Vida e sustento da humanidade" foi realizado com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas, através do Programa Atividade Curricular de Extensão (ACE) e do Departamento de Geografia, e coordenado pelas professoras Mircia Ribeiro Fortes e Adorea Rebello da Cunha Albuquerque.

uso sustentável da água, incluindo temas como a escassez, a poluição e os cenários sociopolíticos envolvidos.

Durante as oficinas pedagógicas, utilizou-se a linguagem musical, como a música "Planeta Água", de Guilherme Arantes, o vídeo educativo "Criação do mundo em um copo d'água", a narrativa da "História de uma gotinha de água" e a representação gráfica dos cursos d'água, por meio do mapa mental, uma vez que a maioria reside próximo aos igarapés<sup>5</sup> do Mindu e Mestre Chico. A atividade "Aniversário da Água", incluiu, além do bolo em forma de gota (Figura 1), a distribuição de água em substituição ao refrigerante e o oferecimento de picolés de água potável.



Figura 1. O "Aniversário da Água", comemorado com os estudantes da Escola Estadual Primeiro de Maio (Manaus/AM). Fonte: Mircia Fortes.

Depois de contextualizar em sala de aula a trajetória do ciclo hidrológico na natureza, cada estudante recebeu uma gota de chuva impressa. Nesta atividade, foi fixado um cartaz com a representação do ciclo da água e solicitouse que os estudantes se imaginassem como uma gota de chuva, escolhendo o local em que desejariam precipitar, no continente ou oceano (rio, lago, solo, nascente, subsolo, montanha, mar ou ilha), e colando-a no cartaz.

Foi realizada uma visita ao Complexo de Produção de Água da *Ponta* do *Ismael, a*o alto curso do igarapé Mestre Chico, ao baixo curso do igarapé de Manaus, situado no Parque Senador Jefferson Péres, e às nascentes do igarapé do Mindu, situadas na Zona Leste de Manaus (Figura 2), com o objetivo de conhecer *in* loco a realidade hídrica local. Para concluir o projeto, os estudantes apresentaram uma dramatização intitulada "O ciclo da água", visando a socialização.

4

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Igarapé é um termo regional para um curso d'água que pode ser o curso principal ou ser afluente, com largura, profundidade e extensão menores que os grandes rios da Bacia Hidrográfica Amazônica, e que na área urbana de Manaus é considerado rio urbano, morfologicamente alterado pelas ações antrópica.



Figura 2. Visita em uma das nascentes do igarapé do Mindu, com os estudantes da Escola Leonor Mourão (Manaus/AM). Fonte: Mircia Fortes

A ludicidade foi o fundamento da proposta e o recurso metodológico usado no processo de ensino-aprendizagem, no qual Feijó (1992, p. 02), afirma que "o lúdico é uma necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente, fazendo parte das atividades essenciais da dinâmica humana caracterizada por ser espontânea, funcional e satisfatória", uma vez que incluiu a percepção dos alunos sobre os cursos d'água e o significado do ciclo hidrológico no contexto vivido e percebido nos bairros onde moram, na cidade de Manaus e no mundo.

Com base na reflexão sobre as experiências com a ACE, consideramos relevante relacionar o tema "água sem fronteiras" com outras atividades e pesquisas já realizadas sobre o Mar do Leste/Mar do Japão, sob uma perspectiva mais holística.

#### As águas que fluem

O ciclo da água não tem início nem fim, uma vez que há diversos processos que o compõem e muitos subciclos de circulação. Em geral, pensamos que o fluxo global é do oceano para a atmosfera, desta para o continente, retornando para o oceano (INVESTIGANDO A TERRA, 1980).

Santos, Bento e Cordeiro (2007) afirmam que a Terra aproveita 40% da energia solar, gerando ventos, transportando vapor d'água ao continente, produzindo a sua biomassa, neve, chuvas e rios, que dependem do ciclo hidrológico. De acordo com Maidment (1992), o tempo de circulação ou de

residência da água na atmosfera é reduzido: da evaporação até à precipitação, o tempo médio é não mais que oito dias.

Para Legarreta (1991), os seres vivos vivem imersos na água ou na atmosfera (Figura 3). Apesar de a água ser um dos elementos que compõe as paisagens do planeta, pouco se pensa sobre o ciclo hidrológico e as diferenças entre o que é a água e o que "seria", talvez porque a água seja uma necessidade diária.

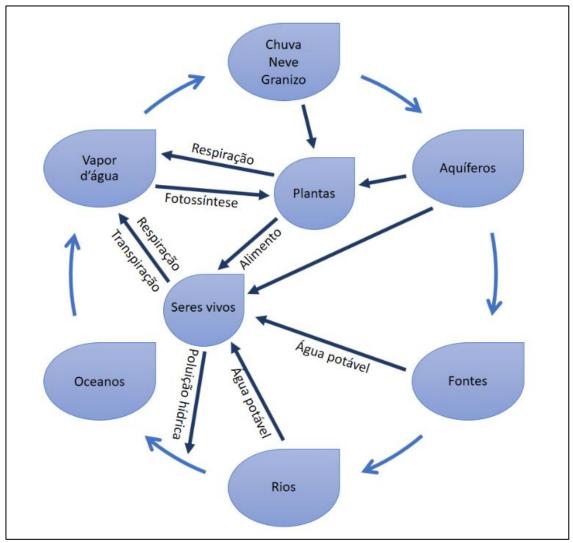


Figura 3. Os seres vivos e sua participação no ciclo da água. Modificado de Legarreta (1991). Org.: Mircia Fortes

Apesar de compreendermos a magnitude e importância dos recursos hídricos como elemento estratégico e de relevância global, as atividades humanas exercem uma enorme pressão sobre a disponibilidade da água por meio das ocupações humanas, dos centros industriais, dos centros turísticos e das terras agrícolas (LEGARRETA, 1991).

Embora sejam divulgados informações e dados sobre os impactos negativos causados pelas atividades humanas nos recursos hídricos, a maioria das pessoas acredita que se trata apenas de um problema local e que a água só

circula ali. Não compreende a dimensão global do ciclo da água e da rede de danos ambientais visíveis e invisíveis em nível mundial.

A maior parte da poluição oceânica tem origem em fontes terrestres e é transportada para o oceano através de rios, principalmente dos rios caudalosos e com aglomerações urbanas ao longo das suas margens. A urbanização produz uma grande quantidade de poluição (resíduos sólidos, esgoto doméstico, etc.), que, ao ser lançada nos rios, desloca-se para os mares e oceanos.

A esse respeito Baptista e Cardoso (2013) enfatizam que a relação dos homens e suas cidades com os rios é complexa, uma vez que é uma relação com "aproximações e antagonismos sucessivos, materializados de forma distinta ao longo do tempo, nas diversas culturas e nos diversos sítios" (p. 126). Reforçamos essa opinião de que essa relação complexa também se estende aos mares e oceanos.

Deste modo, considerando que tudo na natureza acontece de forma articulada e não compartimentada e fracionada, há que se depreender que os ecossistemas terrestres e aquáticos estão conectados e são interdependentes. Logo, as bacias hidrográficas, enquanto sistema socioambiental e unidade territorial, os mares e os oceanos estão interligados por uma rede de fluxos de energia e matéria (*input/output*), tanto horizontal (escoamento dos rios para os oceanos, ondas, correntes marítimas, escoamento subterrâneo direto dos rios para os oceanos, etc.) quanto vertical (energia solar, evaporação, precipitação, água subterrânea, infiltração, evapotranspiração, etc.). Esse fluxo contínuo do ciclo da água e seus subciclos ultrapassam territórios, regiões, limites e fronteiras políticas, podendo ser considerado um ciclo transfonteiriço, assim como as águas transfonteiriças.

De acordo com o texto da Convenção sobre Proteção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais, publicado em 2014, da *United Nations Economic Commission for Europe* (UNECE), a expressão "águas transfonteiriças" denomina todas as águas superficiais e subterrâneas que marcam as fronteiras entre dois ou mais Estados que as atravessam, ou que estão situadas nessas mesmas fronteiras. Assim sendo, as bacias hidrográficas, os rios, os lagos, os aquíferos e demais corpos hídricos cujas águas são compartilhadas entre países vizinhos e circunvizinhos são chamados transfronteiriços.

Em relação às bacias hidrográficas, Albuquerque (2021, p. 2004) ao apontá-las como uma célula integrada, explica que elas são áreas de captação de um recurso fundamental para a vida humana, a água, sendo atrativas para a irrigação, o lazer, a navegação, a energia, o uso doméstico e a moradia, por exemplo.

Como espaço de vida da humanidade, Nogueira e Oliveira Neto (2022, p. 58), salientam que "os rios e as bacias hidrográficas estão presentes há mais tempo do que os Estados Nacionais. Ao mesmo tempo, uma bacia hidrográfica constitui um 'conjunto espacial', muitas vezes utilizado como base para o planejamento territorial em escala local ou regional". A esta assertiva, acrescentamos que o mar também é um "conjunto espacial" de interesses políticos, econômicos, marítimos e socioculturais.

Paradoxalmente, como são as experiências humanas com as águas "sem fronteiras" no âmbito de seus territórios? Apesar de reconhecermos que as águas não têm fronteiras, ou seja, são transfonteiriças, com uma circulação

ascendente e descendente planetária, elas, como parte de um território, também têm uma apropriação simbólica, além de política. A expressão dos sentimentos, das ideias e do espaço vivido criam hidronímias e talassonímias, que são geralmente representadas nos documentos cartográficos ou na arte (desenhos, pinturas, iconografias, etc.). As paisagens, os lugares e as águas estão repletas de apropriações simbólicas, enquanto os territórios cartografados expressam nomes geográficos.

A respeito da experiência da dimensão espacial presente nos territórios e nas paisagens, Risso (2014) ressalta que "o território é constituído de espaços e lugares que possuem valores e simbolismos amalgamados, que podem ser estudados e revelados" (p. 311). E continua "o território, [...], possui lugares com centralidade valorativa. As sociedades inspiraram significados e sentimentos em relação aos lugares. Os lugares remetem aos sonhos, conforto, devoção" (p. 312). Assim, podemos admitir que as águas possuem uma dimensão cultural e intersubjetiva, sendo lugares de banho, mergulho, mitos, conflitos, imagens, esperança, referências, disputas, sacralização e até mesmo de repulsa. Por isso, os lugares "das" e "com águas" têm valores simbólicos.

Por sua vez, Nogueira (2013, p. 84) diz que

Os homens constroem e dão significados aos lugares. Significados que para alguns parecem invisíveis, mas para outros são carregados de histórias e de emoções. O lugar é um mundo de significados organizados, adquiridos pela experiência humana, e se mostra a partir do que eu experiencio e que é experienciado pelo outro, experienciar no sentido de viver.

Sem dúvida, os sujeitos e grupos ao habitarem um território, dão significados aos lugares, criam fronteiras e limites através da apropriação simbólica e ideológica do território do qual fazem parte. Esses sujeitos, a partir do sentimento de pertencimento e das experiências, marcam, definem, identificam e qualificam o espaço, através dos nomes geográficos, não apenas como território, mas, sobretudo, como lugar de vivência.

Contextualizando as complexidades inerentes ao conceito de território, Gottmann (1973, p. 15) escreve que

Whichever approach we attempt we seem to find the same confusing diagnosis: territory, although a very substantial, material, measurable, and concrete entity, is the product and indeed the expression of the psychological features of human groups.<sup>6</sup>

Uma última consideração sobre "as águas que fluem" diz respeito às relações têmporo-espaciais dos sujeitos com as águas, sejam de rios, lagos, mares ou oceanos. Além de a maioria dos sujeitos ter uma imagem incompleta do ciclo da água, as águas não são percebidas e compreendidas de forma igual em todos os lugares ou territórios. Ou seja, existem várias formas e significados de apropriação, interesses, percepção e representação. As relações são

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Qualquer que seja a abordagem que tentemos, parecemos encontrar o mesmo diagnóstico confuso: o território, apesar de ser uma entidade substancial, material, mensurável e concreta, é o produto e, de fato, a expressão das características psicológicas dos grupos humanos. (GOTTMANN, 1973, p. 15, tradução nossa).

simétricas e dissimétricas, especialmente entre dois ou mais territórios com culturas distintas e quando há um grande corpo de água, como um mar.

#### O Mar do Leste: O "rei dragão" coreano e o espaço marítimo

O Mar do Leste (em coreano: 동해, Donghae), também conhecido como Mar do Japão (Figura 4), é circundado pelo Krai de Primorsky (distrito do extremo oriente russo), ao norte, pela península coreana, a oeste, e pelo arquipélago japonês, a leste e a sudoeste (SHIM, 2022). Para Park et al. (2016), o Mar do Leste tem muitas características semelhantes às dos oceanos e pode ser considerado um pequeno oceano.



Figura 4. Recorte do mapa Ásia-Físico e a localização do Mar do Japão/Mar do Leste; escala aprox. 1:58.600.000. Fonte: Atlas Geográfico/IBGE (2015).

É uma bacia de retroarco semifechada ou mar marginal, que se conecta ao Oceano Pacífico através de quatro estreitos rasos (da Coreia, Tsugarü-Kaikyö, da Tartária, de Sōya) (LEE et al., 2016). A abertura do Mar do Leste teve início no Oligoceno Inferior por rifteamento e extensão da Bacia do Japão, seguida pela expansão do fundo do mar no Oligoceno Superior (LEE e KIM, 2016, p. 416).

Como é um mar semifechado, apenas uma pequena porção da corrente quente Kuroshio penetra no mar. É fortemente influenciado pelas monções asiáticas, com ventos predominantes de norte e sul no inverno e no verão, respectivamente. Ganha calor de abril a agosto e perde calor nas outras estações (PARK et al., 2016, p. 51).

Assim como os rios, os mares têm importância histórica e cultural na formação de várias civilizações. Concordamos com Baptista e Cardoso (2013, p. 127) ao afirmarem que "a história da civilização está intrinsecamente ligada à água – rios, lagos e mares –, não só pela necessidade do insumo fundamental, mas por razões culturais e estéticas".

Lopez (1979) esclarece que os mares estão intimamente ligados à história da humanidade, fornecendo certos alimentos, sendo a origem de histórias misteriosas e um desafio constante de conhecimento e de conquista. Eles também são lugares de "aproximação entre os povos" e "palco de suas lutas" (op. cit., p. 19).

A origem do nome geográfico Mar do Leste é anterior a Era Comum. De acordo com os registros históricos coreanos, o nome Donghae (Mar do Leste) foi mencionado pela primeira vez em 59 AEC (SHIM, 2022). No livro "História dos Três Reinos", escrita por Samguk Sagi, que narra os eventos históricos que ocorreram nos antigos reinos<sup>7</sup> da Coreia em torno de 50 AEC, o topônimo Donghae foi usado em um capítulo sobre o rei Dongmyeong. Diversamente, de acordo com Shim (op. cit.), desde os tempos antigos até o início do século XX, o Japão usou o topônimo Bukhae (Mar do Norte) para designar este mar.

Dentre as narrativas sobre a invasão de Toyotomi Hideyoshi à Coreia, destacam-se as cartas do jesuíta espanhol Gregório de Céspedes, que foi o primeiro europeu na península coreana. Suas cartas, de grande valor literário-historiográfico<sup>8</sup>, são os únicos textos ocidentais que narram a invasão japonesa. Céspedes foi ajudado pelos *daymios* católicos japoneses para chegar à ilha de Geoje (atual Ungcheon) em dezembro de 1593, onde permaneceu por um ano. No entanto, apesar de Gregório de Céspedes não ter elaborado um mapa, uma das suas cartas cita que, em outubro de 1596, o galeão espanhol *San Felipe*, ao navegar pelo Mar do Japão, seguindo a rota das Ilhas Filipinas para o porto de Acapulco (Nova Espanha), foi atingido por um forte temporal e afundou em Urado, na ilha japonesa de Shikoku. Céspedes aponta o naufrágio do galeão no Mar do Japão, ou seja, no litoral do Japão voltado para o Oceano Pacífico. A rota do *San Felipe* para Acapulco foi, provavelmente, a Corrente Kuroshio, que circula

10

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> O Período dos Três Reinos (57 AEC - 668 AD) se refere a **Goguryeo (37 AEC), Baekje (18 AEC)** e **Silla** (57 AEC), que surgiram no Século I AEC e cresceram em reinos centralizados entre os séculos IV e V. (*The Association of Korean History Teachers*, 2011)

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> CHUL, P. *Gregorio de Céspedes, primer visitante europeo de Corea*. Revista Española del Pacífico. Año 3, n. 3, enero-diciembre 1993, pp. 139-146. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcgz2s2. Acesso em: 27 out. 2023.

na costa leste de Taiwan e segue para o nordeste, passando pelo Japão, onde se encontra com a Corrente Norte do Pacífico (NPC).

Segundo Shim (2022), a partir do final do século XVI, os mapas ocidentais usaram vários nomes para se referir a esse mar, como o Mar da China, o Mar do Japão, o Mar do Norte do Japão, o Mar da Coréia, o Mar Oriental, a Baia da Coréia e o Mar do Leste.

[..] a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao "sistema-mundo" que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de re-identificação histórica, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais. Desse modo, depois da América e da Europa, foram estabelecidas África, Ásia e eventualmente Oceania. (QUIJANO, 2005, p. 121)

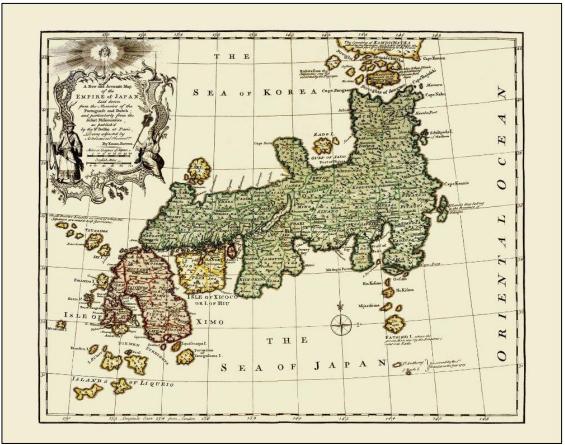
Um exemplo do uso do nome "Mar de Corea", encontra-se no *Mapa Siberia, ou Russia Asiatica, Tartaria Chinesa Pays dos Eluts Ilhas do Japao*, publicado no Atlas Universal (1799-1801), pela Oficina Tipografica, Calcografica e Literaria do Arco do Cego (Lisboa/Portugal) (Figura 5).



Figura 5. Detalhe do *Mapa Siberia, ou Russia Asiatica, Tartaria Chinesa Pays dos Eluts Ilhas do Japao*, original 26,5 x 33, pertencente ao Atlas Universal (1799-1801). Recortado digitalmente para este artigo. Notar o nome "Mar de Corea", entre a "Corea" e as "Ilhas do Japão".

Outros exemplos do uso do nome Mar da Coreia, encontramos nos jornais brasileiros "O Cachoeirano" e "O Pharol", em 1904 e 1905, respectivamente. No primeiro, sobre a guerra entre "Russia e Japão", a notícia informa que os japoneses ocupavam todo o território que se estendida do "mar da Coréa até as proximidades de Siu-Yen". No segundo, que trata sobre "A engenharia naval do Japão", é notificado que um *destroier* russo havia sido fundeado pelos japoneses, os quais estabeleceram "o seu domínio no mar da Coréa". O "Jornal do Commercio", em 1905, narrando sobre "A guerra russo-japoneza", usa o termo "golfo da Coréa". Por sua vez, o jornal "Correio Paulistano", de 1928, comenta que a cânfora consumida mundialmente era proveniente da "Ilha Formosa, situada entre o Grande Oceano, o Mar da China e o Mar da Coréa".

As informações acerca da Tartária, do sudeste asiático e do Japão eram amplamente divulgadas na Europa. Dentre os mapas, poucos situam o Mar do Japão nas águas costeiras do Oceano Pacífico, ao leste do arquipélago japonês, como o mapa de Emanuel Bowen (geógrafo de Sua Majestade George II da Grã-Bretanha), de 1744, que está incluído na obra *A Complete System of Geography* (Figura 6).



**Figura 6**. Mapa do Império do Japão (1744), de Emanuel Bowen, situando "O Mar da Coréia" (*The Sea of Korea*) e "O Mar do Japão" (*The Sea of Japan*). Notar que o Mar do Japão é um mar marginal que corresponde à porção do "Oceano Oriental" (atual Oceano Pacífico). Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Antique\_map\_of\_Japan,\_1752.jpg

A vasta produção de mapas na Europa desde o século XV até o início do século XX, proporcionada pelo progresso da cartografia e pelas explorações

e expedições, foi marcada pelos interesses geopolíticos nas relações de poder e soberania dos territórios conquistados ou "descobertos". Apesar de os mapas fornecerem informações sobre o mundo ou o "além-mar", eles promoveram e reforçaram a centralidade europeia. Os nomes geográficos atribuídos aos lugares que expressavam a cultura e a identidade de um povo foram substituídos por um amplo conjunto de representações baseadas na cultura europeia. As representações espaciais, norteavam um mundo dividido em Sul e Norte e Oriente e Ocidente, através da "construção do mapa-múndi", de forma implicitamente colonial e imperialista.

Nesse sentido, segundo Shim (2022), o nome Mar do Japão tem origem ocidental, ou seja, não tem origem japonesa, e foi introduzido nos mapas japoneses no século XIX, devido à ocidentalização da sociedade japonesa ao longo da Era Meiji (1868-1912).

Durante a ocupação japonesa na península coreana (1910-1945), assegurada pelas alianças com potências ocidentais, sobretudo a Grã-Bretanha, o Império Japonês impôs ao povo coreano a sua cultura, inclusive proibindo o uso da língua coreana e a sua identidade cultural. Nesse período, houve o *boom* do topônimo Mar do Japão nos mapas ocidentais. Mas, o que favoreceu esse registro nos mapas?

Em 1919, pós-Segunda Guerra Mundial, foi realizada a primeira reunião da Organização Hidrográfica Internacional, instituição intergovernamental consultiva e técnica, que estabelece normas para promover a uniformidade nas cartas e documentos marítimos a nível mundial. Assim, na primeira edição dos "Limites dos Oceanos e Mares" (S-23), publicada em 1929, as águas do Mar do Leste foram oficialmente registradas como as águas do Mar do Japão e, desde então, este é o nome geográfico estabelecido internacionalmente.

Apesar de o prefácio dos "Limites dos Oceanos e Mares" ter mencionado que os limites não têm qualquer significado político, mas apenas hidrográfico, é importante ressaltar que

A Marinha Real Britânica sempre teve um papel decisivo na história do Reino Unido, garantindo os interesses britânicos pelo mundo e servindo como base de sustentação e ligação de seu imenso império. Essas funções tornaram-se mais claras quando o Almirante Mahan publicou, em 1890, o célebre The Influence of Sea Power Upon History, o qual propunha que todas as nações que exercessem os domínios sobre os mares seriam as grandes potências vitoriosas (LAGE *et al.*, 2014, p. 113).

Tal argumento evidencia que a publicação do *The Influence of Sea Power Upon History*, em 1890, teve um impacto significativo nas políticas imperiais de todas as principais potências, uma vez que, no final da década, houve uma intensificação da interação anglo-japonesa no Pacífico Norte.

Retomando à abordagem das duas primeiras edições S-23, publicadas em 1929 e 1937, a Coreia estava submetida às autoridades políticas e militares japonesas, não podendo se pronunciar sobre o uso exclusivo do topônimo Mar do Japão. Na terceira edição, revisada e publicada em 1953 (Figura 7), embora as ocupações soviéticas e norte-americanas na península terem terminado em 1948 e 1949, respectivamente, o governo sul-coreano não conseguiu reivindicar a inclusão do nome geográfico Mar do Leste nos mapas, devido à Guerra da Coreia (1950-1953).

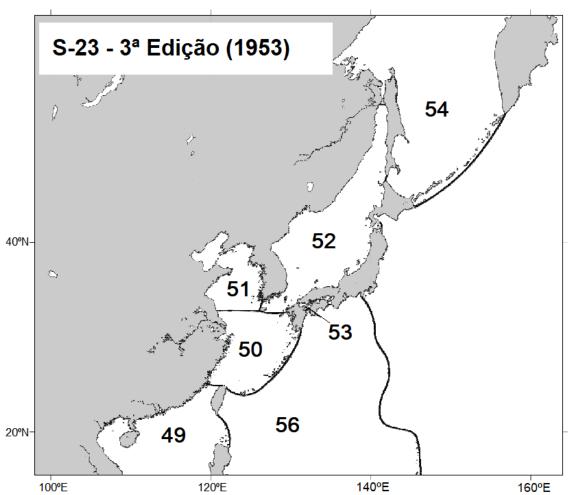


Figura 7. Nomes e limites dos mares no S-23 "Limites dos Oceanos e Mares" (3ª ed.), publicado pela Organização Hidrográfica Internacional, em 1953. O número 52 indica o nome geográfico Mar do Japão. Modificado de: BYUN, Do-Seong e CHOI, Byoung-Ju (2018).

Outro aspecto relevante a destacar é a Resolução III/20 da reunião de padronização e a Resolução Técnica A.4.2.6 da OHI. A Resolução III/20 da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (1977) recomenda que, quando um elemento geográfico estiver sob a soberania de vários países que não chegaram a um acordo sobre uma denominação comum, seja estabelecida como regra geral na cartografia internacional, que os nomes usados de cada país sejam aceitos. A política de aceitar apenas um ou alguns desses nomes, excluindo os outros, seria, em princípio, inconsistente e, na prática, inadequado. Por conseguinte, a resolução técnica A.4.2.6 da OHI (1974) recomenda que, quando dois ou mais países compartilham uma característica geográfica (como uma baía, um estreito, um canal ou um arquipélago) sob nomes diferentes, devem se esforçar para chegar a um acordo sobre um único nome para a característica em questão. Se as línguas oficiais forem diferentes e não houver um acordo sobre uma forma de nome comum, é recomendado que os nomes em cada uma das línguas sejam aceitos para cartas e publicações, a menos que razões técnicas impeçam essa prática em cartas de pequena escala. No entanto, segundo Shim (2022), em 1977 a Coreia propôs o uso simultâneo dos dois nomes geográficos nos mapas

- Mar do Leste/Mar do Japão -, argumentando que o nome Mar do Japão é um remanescente do Japão Imperial e a área marítima entre a península coreana e o arquipélago japonês era conhecida por diversos nomes no passado. Ainda assim, apesar da resolução técnica A.4.2.6, não há solução viável devido às objeções do governo japonês.

Marroni (2013, p. 128), ao analisar os grupos de influência formados por interesses estratégicos sobre os espaços marítimos, esclarece que em 1976 formou-se uma coalizão das superpotências marítimas para trocar informações, coordenar posições e apresentar propostas conjuntas na Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Esta coalização, denominada "Grupo dos Cinco" (EUA, ex-URSS, Japão, Reino Unido e França), pretendia minimizar o poder dos "Grupos dos Estados Costeiros" (76 países, incluindo República da Coreia) aos recursos do fundo do mar, alegando que

[...] países em desenvolvimento não dispunham de tecnologias avançadas, nem incentivavam pesquisas científicas nessas áreas, o que impossibilitava o progresso tecnológico e a utilização desses recursos (MARRONI, 2013, loc. cit.).

O Grupo dos Cinco, segundo Marroni (2013, p. 128-129), era visto pelas potências costeiras e pelos demais países como

[...] ameaça a um possível aumento jurisdicional dos espaços marítimos. O Grupo dos Estados Costeiros alegava que a união das superpotências marítimas era uma forma de colocar pressão para agilizar assuntos relativos à navegação internacional e à segurança nacional, em contraponto a razões econômicas e de proteção do meio ambiente, vinculadas ao aumento dos espaços marítimos nacionais.

A partir da Quarta Revolução Industrial e para atender às necessidades atuais do sistema de informação geográfica (GIS), a OHI adotará um sistema de identificadores numéricos exclusivo para áreas marítimas globais, denominado S-130, que consiste em um novo conjunto de dados digitais que não utilizará nenhum nome geográfico. Neste caso, o S-23 será apenas uma publicação analógica da OHI. Apesar de os mares e oceanos serem identificados por números, os mapas analógicos (versão impressa) mantêm a nomenclatura Mar do Japão (52). Mas, o S-130 além de ser um conjunto de dados de Demarcações Poligonais de Áreas Marítimas Globais é um fator tecnológico de poder do espaço costeiro-oceânico ou do Oceano Global.

O país que dispuser de tecnologias inovadoras para prospecção, exploração e explotação de recursos oriundos dos oceanos não será, apenas, uma potência hegemônica ou uma potência marítima, mas tornar-se-á uma potência costeira (MARRONE, 2013, p. 21)

Considerando a perspectiva cultural sul-coreana, existem diversas narrativas míticas e lendas que dizem respeito às águas do Mar do Leste (Donghae), tendo sido registradas desde o Reino Silla (57 AEC ~ 935).

-

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> O Grupo dos Estados Costeiros (GEC) era constituído pela maioria dos países em desenvolvimento e por um número reduzido de países desenvolvidos (MARRONI, 2013).

Uma das lendas, mencionada na "História dos Três Reinos", é a do Rei Munmu, 30º rei de Silla (661-681). De acordo com Samguk Sagi¹º, o Rei Munmu, em sua vida diária, dizia ao Mestre Jiui: "Depois que eu morrer, quero me tornar um grande dragão para proteger o reino". Ele deixou um testamento para ser enterrado em uma grande rocha no Mar do Leste. Após sua morte, segundo a lenda, o rei foi transformado no Dragão do Mar do Leste e impediu a invasão dos piratas japoneses. (한국민속상징사전, 2023, p. 295, tradução nossa).

Je-hoon<sup>11</sup> (2007), em seu artigo sobre mar e folclore e fé marítima, nos coloca que a história do deus do Mar do Leste remonta ao período Silla e que, em Samguk Yusa<sup>12</sup>,o nome Mar do Leste aparece dez vezes, enquanto as histórias sobre o dragão do Mar do Leste aparecem três vezes. O autor narra a lenda da Lady Su-ro, esposa do governador de Gangneung, que foi sequestrada pelo Dragão do Mar do Leste.

Dado que o "rei dragão" é uma divindade formada pela combinação de crenças tradicionais sobre deuses da água e crenças religiosas budistas e taoistas sobre dragões, era adorado como objeto de rituais ancestrais coreanos, devido ao seu status de divindade nacional (한국민속상징사전, 2023, p. 56). Na China e na Coreia, os dragões já existiam nas crenças populares como animais imaginários que controlavam a água (op. cit., p. 307, tradução nossa).

Acreditamos que as águas, sobretudo as do Mar do Leste (Donghae), são um entrelaçamento entre a dimensão real/imaginária (díade mar/rei dragão) e o contexto histórico-cultural/geográfico (Figura 8), baseado nas identificações simbólicas, nos elementos físicos da natureza, "no" e "do" mar, e pautado, atualmente, por questões geopolíticas.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> O Samguk Sagi foi compilado por Kim Busik (confucionista e historiador) e outros, durante o reinado de Injong de Goryeo (918-1392).

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> JE-HOON, J. 전제훈. "동해바다에는 해신이 산다". "Um deus do mar vive no Mar do Leste" (Tradução nossa). 16/11/2007. Disponível em: https://www.kado.net/news/articleView.html?idxno=33932716. Acesso em: 27 nov. 2023.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Registro histórico (cinco volumes), compilado pelo monge budista Ilyeon, em 1281 (7º ano do Rei Chungnyeol de Goryeo), que descreve lendas, contos populares e relatos históricos que não constam no Samguk Sagi.



Figura 8. Vista parcial do Mar do Leste, a partir da Praia de Jeungsan (증산 해수욕장), em Samcheok-si (Gangwon-do, Coréia do Sul). Foto: Mircia Fortes (09/2022).

Isso corresponde ao "espaço mítico orientado" definido por Tuan (2013). Este autor afirma que o espaço mítico orientado "organiza as forças da natureza e da sociedade associando-as com localidades ou lugares significantes dentro do sistema espacial" (op. cit., p. 103). Ao atribuir personalidade ao espaço, o sujeito transforma o espaço em um lugar que, ao ser localizável, se torna lugar significante, a "morada". Dentro desse contexto, tem-se o "rei dragão", o mar e o leste, ou seja, o Mar do Leste (o lugar do nascer do Sol) como morada do "rei dragão". Isso não significa que a água seja apenas um lugar mítico. Ao contrário, entender o contexto espaço-temporal do significado do nome geográfico Mar do Leste (Donghae), sobretudo, do lugar, fundamenta a compreensão da importância sociocultural do espaço marítimo.

Dessa perspectiva, admite-se que os mapas elaborados pelo mundo moderno colonial e para ele, cumprem a função ideológica mencionada por Lacoste (1997), uma vez que, as potências ao produzirem uma representação geográfica do mar em questão, possibilitaram um "certo domínio político e matemático do espaço representado, e é um instrumento de poder sobre esse espaço e sobre as pessoas que ali vivem" (p. 23).

#### Considerações Finais: Várias gotas no mar, que não sejam somente identificadores numéricos

Tecer uma breve reflexão sobre as "águas sem fronteiras" e o Mar do Leste/Mar do Japão foi o propósito deste texto, enfatizando a controvérsia sobre

o uso predominante do nome geográfico Mar do Japão nos mapas-múndi e da Ásia e nas cartas marítimas. Além disso, as reuniões/conferências intergovenamentais, sobretudo as realizadas pela OHI, não consideraram a Resolução Técnica A.4.2.6 ou chegaram a um consenso quanto ao uso duplo do hidrotopônimo (Mar do Leste/Mar do Japão).

Ponderamos a importância do nome geográfico Mar do Leste (Donghae) estar nos mapas, uma vez que este hidrotopônimo representa a cultura imaterial do povo sul-coreano e as águas do mar têm lugares significantes por serem uma rica herança sócio histórica.

Partimos do ciclo hidrológico global e transfonteiriço (físico, químico e biológico) para entendermos a construção da subjetividade da substância água, e, particularmente, das "águas" do Mar do Leste (Donghae), a partir dos fatores históricos e culturais sul-coreanos. O Mar do Leste (Donghae) como espaço marítimo de pertencimento, de apropriação e de construção simbólica.

A consciência socioespacial e a apropriação simbólica e ideológica do território, como apontado por Dourado (2013, p. 4) "produz e cristaliza a territorialidade, o sentimento de pertencimento do sujeito com o lugar [...] que se traduz em vivencia e sentimentos, onde se manifestam anseios, [...] se desdobram relações que se internalizam e produzem a ideia de pertencer a algo, ao território".

Procuramos estabelecer, em linhas gerais, a relação entre ciclo da água, espaço marítimo, cultura, hidrotopônimo, representações cartográficas e sistema-mundo moderno. Se havia dois nomes geográficos para o mesmo espaço marítimo, antes da chegada dos europeus à península coreana e ao arquipélago japonês, e, posteriormente, o uso de vários nomes geográficos nos mapas produzidos pelos europeus, por que não pode ser usado simultaneamente o nome Mar do Leste/Mar do Japão? Onde está a discussão a respeito da equidade geográfica e cartográfica? É preciso descolonizar topônimos e mapas.

Por fim, citamos um trecho do conto "O Menino e o Velho", de Lygia Fagundes Telles (2000, p. 69), que resume de maneira subjetiva o que abordamos aqui: "Fiquei olhando o mar que não via há algum tempo e era o mesmo mar de antes, um mar que se repetia e era irrepetível. Misterioso e sem mistério nas ondas estourando [...] tão efêmeras e eternas, nascendo e morrendo ali na areia".

#### Referências bibliográficas

A ENGENHARIA naval do Japão. **O Pharol. Juiz de Fora**, Minas Gerais, ano XXXIX, 1905. Disponível em: memoria.bn.gov.br&pagfis=20019. Acesso em: 16 jun. 2024.

ALBUQUERQUE, A.R.C. Bacia Hidrográfica: Unidade de Planejamento Ambiental. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 4, n. 4, p. 201-209, 2012. Disponível em: <a href="https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1913/1788">https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1913/1788</a>. Acesso em: 16 mai. 2024.

BAPTISTA, M.; CARDOSO, A. *Rios e cidades*: uma longa e sinuosa história... **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124-153, jul./dez., 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC\_19de">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC\_19de</a> z2018\_sitepdf. Acesso em: 12 de julh. 2024.

BYUN, D-S.; CHOI, B-J. 변도성; 최병주. Nomenclature of the Seas Around the Korean Peninsula Derived From Analyses of Papers in Two Representative Korean Ocean and Fisheries Science Journals: Present Status and Future. 국내 대표 해양ㆍ수산 과학논문 분석을 통한 우리나라 주변 바다 이름표기에 대한 제언. In: [The Sea] Journal of the Korean Society of Oceanography, v. 23, n. 3, p. 125-151, 2018. Disponível em: <a href="https://www.researchgate.net/publication/327607476">https://www.researchgate.net/publication/327607476</a>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CORREIO PAULISTANO. **Columna Agrícola**. São Paulo, Ano 1928, Edição 23216 (1), p. 4. Disponível em: memoria.bn.gov.br&pagfis=30152. Acesso em: 16 jun. 2024.

DOURADO, A. M. Identidade e território: tradições e traduções nos assentamentos rurais. In: Educon, Aracaju, v. 08, n. 01, p.1-11, set/2014. Disponível em: <a href="https://www.educonse.com.br/viiixcoloquio">www.educonse.com.br/viiixcoloquio</a>. Acesso em: 11 jun. 2024.

한국민속상징사전 **ENCYCLOPEDIA OF KOREAN FOLK SYMBOLS**. *Dragon* 용. Jongdae Kim 김종대 (Edit.), National Folk Museum of Korea, Seul, 2023. 416 p.

FEIJÓ, O. G. Corpo e movimento: uma psicologia para o esporte. Rio de Janeiro: Shape, 1992.

LEE, G. H.; KIM, H.-J. Crustal Structure and Tectonic Evolution of the East Sea. In: K.-I. Chang et al. (Eds.). Oceanography of the East Sea (Japan Sea). Springer International Publishing Switzerland, 2016. p. 415-430

LEE, S.H. et al. **Physiography and Late Quaternary Sedimentation**. In: K.-I. Chang et al. (Eds.). Oceanography of the East Sea (Japan Sea). Springer International Publishing Switzerland, 2016. p. 389-414

CLAVAL, P. A Geografia Cultural. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville, VA, Universidade de Virginia Press, 1973. 169 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar.** IBGE. 8. ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION (IHO). **Limits of Oceans and Seas** (Special Publication Nº 23). 3ª ed., Imp. *Monégasque - Monte-Carlo (1953),* 42 p. Disponível em: <a href="https://epic.awi.de/id/eprint/29772/1/IHO1953a.pdf">https://epic.awi.de/id/eprint/29772/1/IHO1953a.pdf</a>. Acesso em: 15 agos. 2022.

INVESTIGANDO A TERRA: Guia do Professor. Volume I, Earth Science Curriculum Project ESCP, trad. de Desna Celoira et al., AMARAL, I. A. (coord.), São Paulo: Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1980. 571 p.

LACOSTE, Y. A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, SP: Papirus Editora, 4 ed., 1997.

LAGE, J.P.R.; NUÑES, A.J.C.; AINSWORTH, P.H. *A Primeira Guerra Mundial no Mar*: Uma breve análise de seus protagonistas. In.: Revista de Villegagnon. Escola Naval (EN), 2014, p. 112-118. Disponível em: <a href="https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/27341">https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/27341</a>. Acesso em: 09 jun. 2022.

LEGARRETA, M. G. **El água**. 1 ed., México: Fondo de Cultura Económica, SEP, 1991.

LOPEZ, R.M. Os oceanos. Salvat Editora do Brasil: Rio de Janeiro, 1979.

MAIDMENT, R.R. Handbook of Hydrology. New York: McGraw-Hill, 1992.

MARRONI, E. V. Política internacional dos oceanos: caso brasileiro sobre o processo diplomático para a plataforma continental estendida. 2013. 361 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/88350. Acesso em: 10 dez. 2023.

NOGUEIRA, A.R.B. Lugar como a representação da existências. In: **Maneiras de ler: geografia e cultura.** HEIDRICH, A.L.; COSTA, B.P.; PIRES, C.L.Z. (Orgs). Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, p. 83-89, 2013. Disponível em: <a href="https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/MANEIRAS\_DE\_LER\_GEOGRAFIA\_E\_CULTURAL.pdf">https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/MANEIRAS\_DE\_LER\_GEOGRAFIA\_E\_CULTURAL.pdf</a> . Acesso em: 26 mai. 2024.

NORONHA, E. **A Guerra russo-japoneza**. Jornal do Commercio, Amazonas, ano 2, n. 347 (1), 1905. Disponível em: memoria.bn.gov.br&pagfis=1619. Acesso em: 16 jun. 2024.

PARK K-A. et al. **Forcings**. In: K.-I. Chang et al. (Eds.). Oceanography of the East Sea (Japan Sea). Springer International Publishing Switzerland, 2016. p. 33-58

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142

RISSO, L.C. Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 309-319, jul/dez., 2014. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6438. Acesso em: 23 mai. 2024.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

RUSSIA E JAPÃO. O Cachoeirano: Orgão do Povo. Cachoeiro do Itapemirim, Espirito Santo, ano 1904, edição 00046 (1), p. 3. Disponível em: <a href="mailto:memoria.bn.gov.br&pagfis=5346">memoria.bn.gov.br&pagfis=5346</a>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SANTOS, A. G.; BENTO, A. H.; CORDEIRO, J. P. **Observando a natureza**. Manaus; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SHIM, J. The History of the East Sea and the Sea of Japan: Origin of Geographical Names, Conflicts and Solutions. Springer Nature, 2022.

SIBERIA, ou Russia Asiática, Tartária Chinesa Pays dos Eluts Ilhas do Japão [mapa]. Autor: Vitoriano da Silva. 26,5 x 33. **Atlas Universal**. Lisboa [Portugal]: Arco do Cego [1799-1801]. Disponível em: <a href="https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15014">https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15014</a>. Acesso em: 10 nov. 2023.

TELLES, L. F. Invenção e memória. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

THE ASSOCIATION OF KOREAN HISTORY TEACHERS (Autor). *A Korean History for International Readers*: What do Koreans talk about their own History and Culture? Seoul Selection USA, Inc., 2011. 328 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: perspectiva da experiência**. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina: EdUEL, 2013.

UNITED NATIONS. **Third United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names**. Vol. I. Report of the Conference, Atenas, 17 agosto - 7 setembro, 1977, United Nations Publication E.79.I.4 (1979). Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/3rd-uncsgn-docs/e conf 69 4 en.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. Convention on the Protection and Use of Transboundary Watercourses and International Lakes: as amended, along with decision VI/3 clarifying the accession procedure. Geneva - GE, February/2014. 51 p. Disponível em: <a href="https://unece.org/environment-policy/water/about-the-convention/introduction">https://unece.org/environment-policy/water/about-the-convention/introduction</a>. Acesso em: 16 mai. 2024.

Recebido em: 22/06/2023 Aprovado em: 24/07/2024 Publicado em: 12/08/2024



